



Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0798/2025

Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

Processo nº 0822738-67.2025.8.19.0001,
ajuizado por
representado por

Trata-se de Autor, de 49 anos de idade, internado no Hospital Municipal Souza Aguiar com diagnóstico de **fratura em 4 partes do 1/3 proximal do úmero direito** com indicação de **tratamento cirúrgico**. Este padrão de fratura necessita de OPME (placas e parafusos) que **a presente unidade não dispõe** em seu arsenal terapêutico. Foi solicitada **transferência para unidade de alta complexidade para osteossíntese com placa e parafusos bloqueados**, sob o risco de consolidação viciosa da fratura, diminuição do arco de movimento e dor residual. O tratamento deve ser realizado o mais breve o possível (Num. 174919417 - Pág. 6). Foi pleiteada **transferência e internação em unidade com ortopedia cirúrgica com disponibilidade de material de OPME para a realização da cirurgia prescrita** (Num. 174919416 - Págs. 9 e 10).

Informa-se que **a transferência e a internação em unidade com ortopedia cirúrgica, com disponibilidade de material de OPME, para a realização da cirurgia de osteossíntese de fratura proximal do úmero com placa e parafusos bloqueados está indicada** ao manejo do quadro clínico que acomete o Autor (Num. 174919417 - Pág. 6).

Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), elucida-se que a cirurgia pleiteada **está coberta pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual consta: tratamento cirúrgico de fratura / lesão fisaria da extremidade proximal do umero (04.08.02.033-4) e haste intramedular bloqueada de umero (inclui parafusos) (07.02.03.053-8).

Para regulamentar o acesso aos procedimentos em ortopedia incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumatologia-Ortopedia, prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Ortopedia Regional de cada unidade federada.

Cumpre informar que o Estado do Rio de Janeiro conta com uma **Rede de Atenção em Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia no Estado do Rio de Janeiro**, formada por as unidades habilitadas no SUS para atenção ortopédica e pactuada por



Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

meio da Deliberação CIB-RJ nº 561, de 13 de novembro de 2008¹, e da Deliberação CIB-RJ nº 1.258, de 15 de abril de 2011².

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde³.

No intuito de identificar o correto encaminhamento do Demandante aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou o **Sistema Estadual de Regulação – SER** e observou que ele foi inserido em **24 de janeiro de 2025**, com **solicitação de internação para tratamento cirúrgico de fratura / lesão fisaria da extremidade proximal do úmero (0408020334)**, tendo como unidade solicitante o **Hospital Municipal Souza Aguiar**, com situação **leito reservado** na unidade executora **Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO**, sob a responsabilidade da **CREG-METROPOLITANA I – CAPITAL**.

Desta forma, entende-se que **a via administrativa está sendo utilizada** no caso em tela, **com a realização da reserva de leito, para o Autor, em unidade de saúde especializada e que integra a Rede de Atenção em Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia no Estado do Rio de Janeiro**.

É o parecer.

Ao 3º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

JAQUELINE COELHO FREITAS

Enfermeira
COREN/RJ 330.191
ID: 4466837-6

RAMIRO MARCELINO RODRIGUES DA SILVA

Assistente de Coordenação
ID. 512.3948-5
MAT. 3151705-5

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ: 10.277
ID: 436.475-02

¹ Deliberação CIB-RJ nº 561 de 13 de novembro de 2008 que aprova a aprova a Rede de Atenção em Alta Complexidade de Traumatologia e Ortopedia. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/116-cib-2008/novembro/454-deliberacao-cib-rj-n-0561-de-13-de-novembro-de-2008.html>>. Acesso em: 07 mar. 2025.

² Deliberação CIB-RJ nº 1.258, de 15 de abril de 2011 que aprova a aprova a Rede de Atenção em Média Complexidade de Traumatologia e Ortopedia. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/73-2011/abril/1384-deliberacao-cib-no-1258-de-15-de-abril-de-2011.html>>. Acesso em: 07 mar. 2025.

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-dos-programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 07 mar. 2025.